



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Cultura,
Comunicação Social, Desporto e Juventude

Deputado Luís Graça

Assunto: Requerimento para audição urgente do Ministro da Cultura relativamente aos compromissos assumidos através do Programa Garantir Cultura

Na Cultura, o que é preciso é a tomada de medidas que garantam a todos o direito à criação e ao trabalho artístico e cultural, bem como o direito à fruição por parte de toda a população em todo o território. Foi neste sentido que o PCP apresentou no Orçamento do Estado para 2021 um Programa de apoio ao trabalho artístico e cultural com o objetivo de garantir que as artes performativas (como o circo, a dança, a música, o teatro), as artes visuais (incluindo a arquitetura, as artes plásticas, o design, a fotografia) e a exibição alternativa de cinema sejam estimuladas, assegurando a continuidade da produção e da atividade sendo assegurada a remuneração do trabalho técnico e do trabalho artístico em consonância com a necessidade de multiplicação de apresentações e espetáculos. A mesma foi aprovada, mesmo que parcialmente, tendo sido criado pelo Governo o programa Garantir Cultura.

Assim, o Programa Garantir Cultura foi criado no quadro da drástica redução do trabalho e das remunerações no sector cultural e visava “a mitigação dos impactos da crise pandémica no sector cultural e o estímulo à gradual retoma da sua atividade, permitindo a remuneração do trabalho artístico e técnico”. Estes impactos continuam a fazer-se sentir, agora agravados com o aumento dos preços de todos os bens e serviços



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

essenciais, criando fortes impactos na vida e no trabalho de muitos agentes culturais. A dotação prevista para este programa era de 42 milhões de euros.

De acordo com as declarações do Senhor Ministro da Cultura, na audição realizada no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2022, o Programa Garantir Cultura teve 1545 candidaturas, sendo que a 1.ª tranche foi paga na sua totalidade, contudo na 2.ª tranche, apenas à data da audição foram pagos 410 projetos (cerca de 3,7 milhões). Assim, de acordo com o Senhor Ministro da Cultura encontravam-se muitos projetos em confirmação junto da Autoridade Tributária e/ou Segurança Social, por dívidas dos requerentes. 141 projetos encontravam-se em análise para o pagamento da 2.ª tranche, sendo que 47 projetos se encontram em atraso, ou seja, passavam os trinta dias após a entrega do relatório e a respetiva documentação que sustenta as despesas apresentadas.

Referiu ainda, ao afirmar que os trabalhadores da GEPAC tiveram não só de responder ao trabalho normal do serviço, mas também responder a este programa extraordinário, ou seja, veio a confirmar que não houve reforço do número de trabalhadores no GEPAC, como aliás seria expectável numa situação como esta, o que o PCP tem defendido desde a criação do Programa.

Passado quase um mês destas afirmações, e de acordo com os vários contactos que têm chegado ao Grupo Parlamentar do PCP, os problemas mantêm-se e adensam-se, criando consequências gravíssimas nas vidas de agentes e trabalhadores da cultura que, além do mais, contavam com o cumprimento por parte do Estado das suas obrigações e compromissos. É neste sentido que o PCP considera urgente a audição do Senhor Ministro da Cultura, para o esclarecimento de toda a situação.

Assim, nos termos regimentais devidamente aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PCP vem, por este meio, apresentar o requerimento para a audição, com carácter de urgência, do Senhor Ministro da Cultura, em sede da 12.ª Comissão.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Palácio de S. Bento, 9 de junho de 2022

As deputadas,

Alma Rivera

Diana Ferreira